

IPECE Informe

Nº 199 – Dezembro/2021

Análise da desigualdade dos rendimentos no estado do Ceará entre 2012 e 2020

IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário (respondendo)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de

Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de

Planejamento e Gestão Interna

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Secretário Executivo de

Gestão

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 199 – Dezembro/2021

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo
Cambeba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2021

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2021

ISSN: 2594-8717

1. Rendimento todas as fontes. 2. Rendimento do trabalho. 3. Desigualdade 4. Índice de Gini. 5. Covid19.

Nesta Edição

O presente informe tem por objetivo analisar a evolução dos indicadores relacionados ao rendimento de todas as fontes relativo ao período de 2012 a 2020 para o estado do Ceará, fazendo um comparativo com a situação do Nordeste e do Brasil.

Dos resultados encontrados, no que se refere à população com rendimentos, em 2020, 58,8% das pessoas residentes no estado do Ceará possuíam algum tipo de rendimento. Destes, 34,6% da população de 14 anos ou mais de idade obtinham renda do trabalho, inferior ao observado em 2019 (39,4%). Entre 2019 e 2020 houve um significativo aumento das pessoas que recebiam renda de outros rendimentos (incluindo seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimentos de poupança, etc.), subindo de 12,2%, em 2019, para 19,2%, em 2020.

Em relação aos índices de desigualdade, no mercado de trabalho, o Gini permaneceu sem alteração no Ceará, se comparado ao ano de 2019. Entre os rendimentos médios mensal domiciliar *per capita* ocorreu uma queda significativa entre 2019 e 2020, o índice de Gini do estado caiu de 0,562 para 0,544. Assim, os dados mostram uma queda dos rendimentos do trabalho e o aumento da renda de outras fontes entre 2019 e 2020, é efeito direto da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, que aumentou a taxa de desemprego e, em contrapartida, gerou maior oferta de outros tipos de rendimentos, como por exemplo: seguro-desemprego e auxílios emergenciais.

1. Introdução

O ano de 2020 foi fortemente impactado pela pandemia da Covid-19. As implicações provocadas pela crise sanitária que abalou o mundo foram muito além do esgotamento dos sistemas de saúde. A pandemia também transformou a vida social das pessoas, afetou diretamente a economia e, conseqüentemente, o mercado de trabalho, gerando maior instabilidade econômica, crescimento da taxa de desemprego e da pobreza. O que significou uma sobreposição de crises, uma vez que o mercado de trabalho ainda em recuperação da crise vivida pelo país desde 2014/2015, refletia diretamente na desigualdade social que se apresentava acentuada e em crescimento, até 2019, sobretudo no Ceará.

Sob tais circunstâncias, foram desenvolvidas ações por partes dos gestores, em nível nacional e estadual, que objetivaram amenizar os efeitos do novo coronavírus sobre a sociedade brasileira, dos quais, destaca-se: as transferências diretas de renda, como o Auxílio Emergencial para a população de baixa renda, e a flexibilização das leis trabalhistas (definidas por uma série de medidas provisórias) que incluíam medidas temporárias como redução da jornada de trabalho e salário dos trabalhadores.

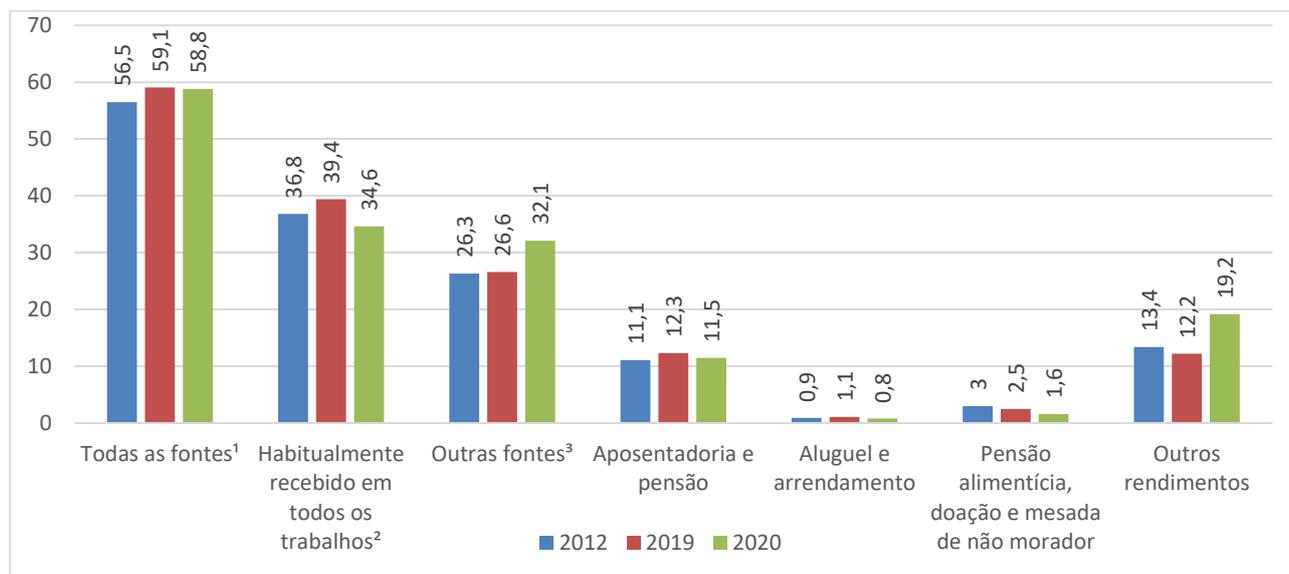
É neste contexto, que o presente informe tem por objetivo apresentar a evolução dos indicadores relacionados ao rendimento de todas as fontes relativo ao período de 2012 a 2020 para o estado do Ceará, fazendo um comparativo com a situação do Nordeste e do Brasil. É dada ênfase aos indicadores relacionados às principais fontes de renda da população, ao rendimento médio mensal da população ocupada, e a desigualdade de renda, mensurado pelo Índice de Gini¹ (de todos os trabalhos e da renda domiciliar *per capita*).

2. População com rendimentos

Segundo informações divulgadas pelo IBGE, havia aproximadamente 9,2 milhões de habitantes no estado do Ceará, em 2020, cerca de 450 mil moradores a mais que, em 2012 (8,7 milhões). Da população total de 2020, 58,8% possuíam algum tipo de rendimento (5,4 milhões), menos que a proporção registrada em 2019 (59,1%) e maior que a observada em 2012 (56,5%). Sendo que 34,6% da população de 14 anos ou mais possuía rendimentos de todos os trabalhos e 32,1% da população total do Ceará obtinham rendimentos de outras fontes. Para os que recebiam rendimentos que não eram proveniente do trabalho, o que apresentou maior variação foram os rendimentos de outras fontes (que inclui o seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimento de poupança, etc.).

¹ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Gráfico 1: Percentual de pessoas com rendimento na população residente por tipo de rendimentos – Ceará – 2012, 2019 e 2020 (em %).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração IPECE.

Nota: (1) Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

(2) Apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

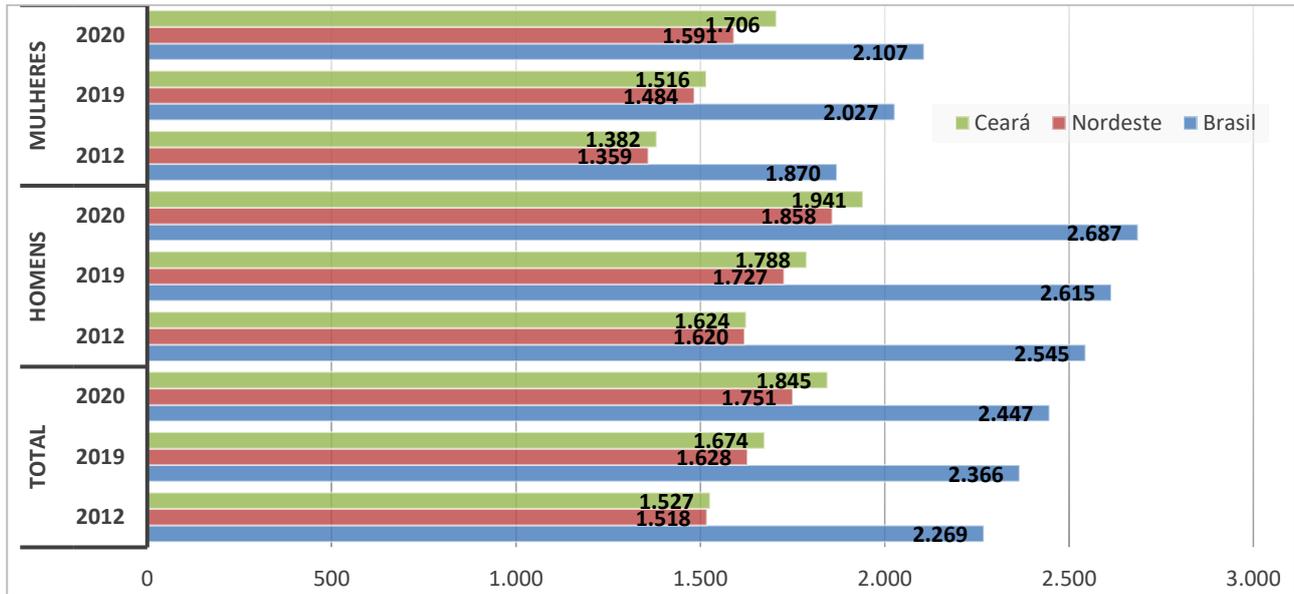
(3) Pessoas de todas as idades com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

3. Características gerais da população ocupada

Em 2020, o mercado de trabalho cearense era composto por 3,1 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade residentes ocupadas. Especificamente, de acordo com as estatísticas da PNAD-Contínua, este mercado era composto majoritariamente pelo gênero masculino, onde a participação dividia-se em 59,4% de homens e 40,6% de mulheres. Pardos representavam 66,6% desta população, enquanto brancos correspondiam a 26,6% e negros compunham a minoria do mercado com aproximadamente 6% da população analisada. Quanto à idade, destaca-se que a população da faixa etária entre 18 e 39 anos no período analisado, que compunha 54,8% do mercado, enquanto 44,6% representavam aqueles que possuíam 40 anos ou mais de idade.

Analisando o rendimento médio mensal da população ocupada (a preços médios de 2020) nota-se que a média do Ceará estabeleceu-se, em 2020, em R\$1.845 reais (R\$171 reais maior quando comparada à média do ano anterior e R\$318 reais, em relação a 2012) e, apesar de apresentar uma média superior a nordestina, mostrou-se 33% menor do que a média brasileira (estabelecendo uma diferença de R\$602 reais).

Gráfico 2: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos⁽¹⁾⁽²⁾ de acordo com gênero e total para BR, NE e CE (R\$).



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração IPECE.

Nota: (1) A preços médios de 2020. (2) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

No entanto, quando analisados os rendimentos médios mensais de acordo com o gênero (como ilustrado pelo Gráfico 2), é possível observar que, em ambos os gêneros, os rendimentos tiveram uma variação positiva quando comparamos os anos de 2019 e 2020, seja para o Brasil, o Nordeste e o Ceará.

Em relação a diferença de rendimentos entre homens e mulheres, embora o rendimento médio das mulheres sejam inferior ao dos homens para todas as regiões analisadas, para o ano de 2020, o Ceará apresentou uma taxa de proximidade (dada pela proporção de rendimentos das mulheres em relação ao dos homens) maior, de 87,89%, sendo os rendimentos médios mensais para homens e mulheres foram de R\$1.941 e R\$1.706 reais, respectivamente. Já o Brasil, apesar deste apresentar uma grande diferença entre os rendimentos, tanto para os homens, quanto para as mulheres, quando comparado ao Ceará, apresentou uma taxa de proximidade menor de apenas 78,4%, mostrando uma maior disparidade salarial entre os gêneros.

Ao analisar as diferenças dos rendimentos entre homens e mulheres no longo prazo, nota-se que elas já apresentavam um tendência de redução. Em 2012 as mulheres brasileiras, nordestinas e cearenses ganhavam, em média, 26,5%, 16,1% e 14,9% a menos que os homens, respectivamente. Em termos da taxa de proximidade isso representava, respectivamente para Brasil, Nordeste e Ceará, 73,5%, 83,9% e 85,1%.

O nível de instrução da população ocupada também representa um importante indicador, uma vez que o rendimento de um indivíduo ao longo da sua vida tende a apresentar uma correlação positiva com seu grau de instrução alcançado. E diante de oscilações do mercado de trabalho, os menos escolarizados, geralmente, são os mais afetados.

Assim sendo, em 2020, aqueles que não haviam sequer completado o ensino fundamental representavam 24,6% da população ocupada no estado. Dentro deste grupo, aqueles que não tinham qualquer grau de instrução, ou menos de um ano de estudo, possuíam o menor rendimento médio mensal entre os grupos analisados, de R\$ 504 reais, apresentando uma variação negativa de -22,5% quando comparado ao ano anterior, e de -21,7% em relação a 2012. Ou seja, uma pessoa ocupada sem instrução ganhava, em média, R\$146 reais a menos, em 2020, comparativamente a 2012.

Entre os grupos que tiveram ganhos monetários no período de 2019 e 2020, são os ocupados com ensino fundamental incompleto (4,9%) e os com ensino superior completo (1,5%). Analisando a longo prazo (2012-2020), os trabalhadores com ensino superior completo foram os que menos perderam (-1,8%) e os que mais perderam, foram os com ensino superior incompleto (-23,8%), seguido dos sem instrução ou menos de 1 ano de estudo (-21,7%).

No caso do Brasil, não houve ganho monetário real para nenhum dos grupos analisados. No Nordeste pessoas com ensino médio incompleto ou equivalente e ensino superior completo, apresentaram ganhos positivos de 4,8% e 0,2%, respectivamente, entre 2019 e 2020.

Tabela 1: Rendimento médio mensal real de todo os trabalhos da população ocupada de 14 anos ou mais por nível de instrução – 2012, 2019 e 2020 – BR, NE, CE (%) e (R\$)

Abrangência	Nível de instrução	2012		2019		2020		Var. (%)	
		(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	2020 /2019	2020 /2012
Ceará	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	7,6	644	4,7	650	3,3	504	-22,5	-21,7
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	31,1	846	25,7	790	21,3	829	4,9	-2,0
	Ensino fundamental completo ou equivalente	11,0	1.050	8,6	1.063	8,6	854	-19,7	-18,7
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,7	1.078	6,6	942	6,2	870	-7,6	-19,3
	Ensino médio completo ou equivalente	29,2	1.512	33,4	1.374	33,4	1.283	-6,6	-15,1
	Ensino superior incompleto ou equivalente	4,4	2.232	5,5	1.910	6,2	1.701	-10,9	-23,8
	Ensino superior completo	9,9	4.958	15,5	4.793	21,0	4.867	1,5	-1,8
Nordeste	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	7,2	632	4,6	601	3,5	593	-1,3	-6,2
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	34,6	834	27,3	802	24,3	793	-1,1	-4,9
	Ensino fundamental completo ou equivalente	9,1	1.088	7,3	1.043	6,6	919	-11,9	-15,5
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,5	1.033	6,5	954	6,2	1.000	4,8	-3,2
	Ensino médio completo ou equivalente	28,6	1.577	33,3	1.426	34,8	1.317	-7,6	-16,5
	Ensino superior incompleto ou equivalente	4,1	2.160	5,2	1.847	5,6	1.728	-6,4	-20,0
	Ensino superior completo	9,9	4.980	15,8	4.410	18,9	4.420	0,2	-11,2
Brasil	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	3,3	887	2,0	932	1,5	883	-5,3	-0,5
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	28,5	1.307	21,9	1.253	19,7	1.223	-2,4	-6,4
	Ensino fundamental completo ou equivalente	10,8	1.590	8,1	1.526	7,5	1.472	-3,5	-7,4
	Ensino médio incompleto ou equivalente	6,6	1.436	6,8	1.406	6,1	1.383	-1,6	-3,7
	Ensino médio completo ou equivalente	31,0	2.051	34,3	1.898	35,5	1.790	-5,7	-12,7
	Ensino superior incompleto ou equivalente	5,3	2.744	6,4	2.390	6,8	2.181	-8,7	-20,5
	Ensino superior completo	14,5	5.805	20,5	5.567	23,0	5.201	-6,6	-10,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração IPECE.

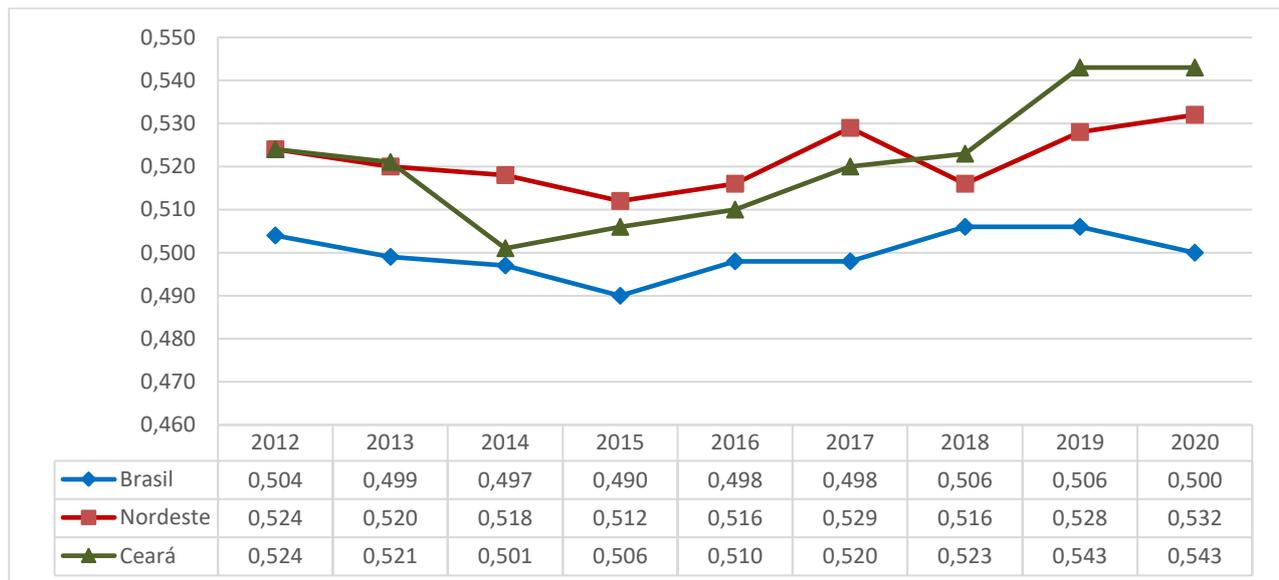
Nota: (1) A preços médios de 2020. (2) Rendimento efetivamente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

■ Mais perdeu
■ Mais ganhou ou menos perdeu

4. Desigualdade de rendimentos do trabalho

O gráfico a seguir apresenta a evolução do Índice de Gini para o período analisado, expondo as mudanças na desigualdade para o rendimento médio mensal real de **todos os trabalhos**, considerando a população de 14 anos ou mais ocupada no Ceará, Nordeste e Brasil, no período de 2012 a 2020. No caso do Ceará, destaca-se que entre 2012 e 2014 a desigualdade do rendimento médio real de todos os trabalhos apresentou uma tendência de redução, entretanto, a partir de 2015 passa a crescer continuamente alcançando um Índice de 0,543, em 2019 e permanecendo constante, em 2020, ficando acima dos níveis observados para o Nordeste (0,532) e o Brasil (0,500). Enquanto o Índice de Gini cresceu no Nordeste e no Ceará, no Brasil teve uma redução, saindo de 0,506, em 2019, para 0,500, em 2020.

Gráfico 3: Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade em **todos os trabalhos**, BR, NE e CE – 2012 a 2020



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração IPECE.

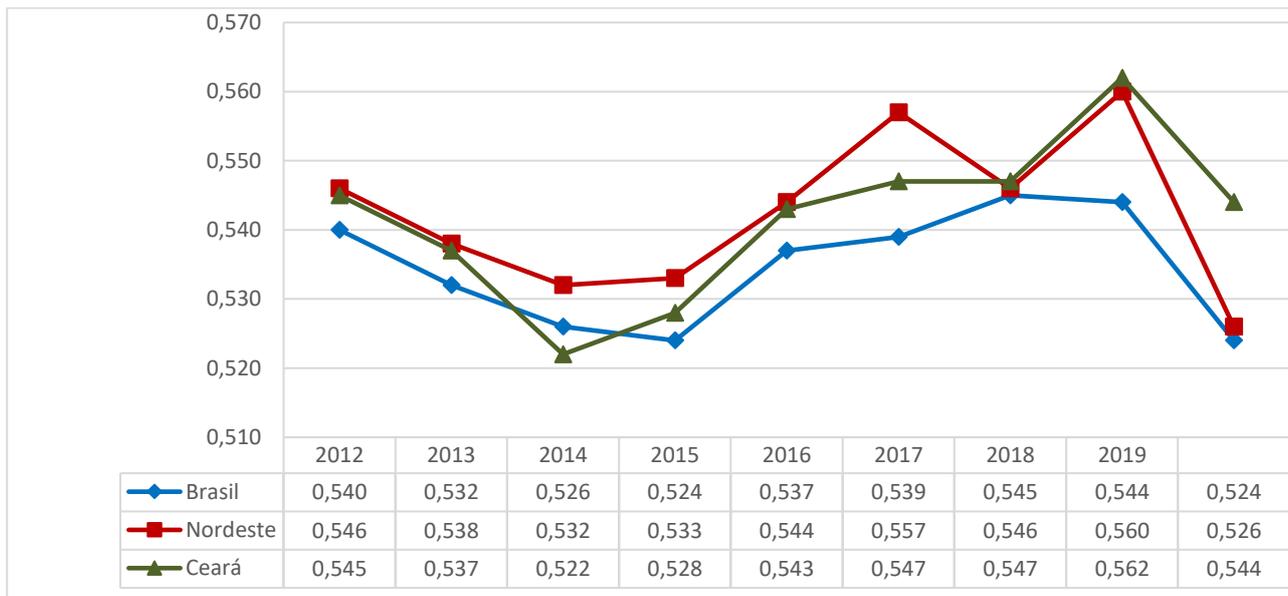
5. Desigualdade de rendimentos domiciliar per capita

O Gráfico 4 apresenta a evolução da desigualdade da medida de rendimento domiciliar *per capita* médio mensal para o Ceará, Nordeste e o Brasil no período de 2012 a 2020. Observa-se, inicialmente, que de 2012 a 2014 houve uma redução do índice no Ceará, saindo de 0,545 para 0,522, tendência semelhante a observada para o Nordeste e Brasil. Sendo que neste ano, o Estado apresentou um Índice de Gini menor do que na outras duas dimensões geográfica; na região Nordeste de 0,532 e no Brasil de 0,526. Entretanto, entre 2015 a 2019 o Ceará apresentou crescimento nos níveis de desigualdade, aumentando para 0,528, em 2015, chegando a 0,562 em 2019 e, com uma significativa

queda em 2020, terminando a série com índice de 0,544, porém, com valor superior ao Brasil (0,524) e ao Nordeste (0,526).

Considerando o cenário nacional, a desigualdade de renda caiu a patamares de 2015, quando havia atingido o menor valor da série (0,524). Esse efeito é reflexo da distribuição do Auxílio Emergencial e redução no número de ocupados no país.

Gráfico 4: Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, BR, NE e CE – 2012 a 2020



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração IPECE.

6. Conclusões

O presente informe objetivou verificar os rendimentos de todas as fontes da população cearense, bem como o Índice de Gini, caracterizando a desigualdade na distribuição deste rendimentos. Os dados são relativos ao período de 2012 a 2020, e os resultados para o Ceará foram observados comparativamente ao Nordeste e o Brasil.

No que se refere a população com rendimentos, em 2020, 58,8% das pessoas residentes no estado possuíam algum tipo de rendimento. Sendo que 34,6% da população de 14 anos ou mais de idade obtinham renda do trabalho, inferior ao observado em 2019 (39,4%). Notou-se ainda um aumento significativo das pessoas que recebiam renda de outros rendimentos (incluindo seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimentos de poupança e etc.), subindo de 12,2%, em 2019, para 19,2%, em 2020.

Em relação aos índices de desigualdade, no mercado de trabalho, o Índice de Gini permaneceu sem alteração no Ceará, se comparado ao ano de 2019. Considerando a medida de rendimento médio

mensal domiciliar *per capita* ocorreu uma queda significativa entre 2019 e 2020. Neste caso, o Índice de Gini do estado caiu de 0,562 para 0,544.

Assim como em outras crises, os mais pobres e menos qualificados são os mais afetados, uma vez que este grupo compõe a maior parte dos desempregados e são os que mais possuem dificuldades de nova inserção no mercado de trabalho. Todavia, os que detinham os maiores rendimentos, em 2019, também sofreram reduções de rendimentos médios, o que também contribuiu para que a desigualdade caísse no estado.

Os resultados aqui apresentados tornam evidente a queda dos rendimentos do trabalho e o aumento da renda de outras fontes entre 2019 e 2020, como efeito direto da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus. Medidas de distanciamento social e restrições à atividades econômicas, mesmo sendo extremamente necessárias, tiveram um impacto negativo sobre a taxa de desemprego e maior participação de outros tipos de rendimentos, como por exemplo o seguro desemprego e programas de transferência de renda como o Auxílio Emergencial.

Nesse cenário, é importante destacar a importância dos programas de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial, na redução dos efeitos negativos da pandemia sobre as famílias cearenses. Segundo dados da PNAD-Covid de novembro de 2020, cerca de 1,5 milhões dos domicílios cearenses eram beneficiados com algum valor do Auxílio Emergencial, o que representava 55,1% dos domicílios. Os valores monetários pagos às famílias vulneráveis, trabalhadores informais, autônomos e desesempregados foram de suma importância para manter a renda dos brasileiros e a economia em movimento, quando a única alternativa para conter a disseminação da doença era a paralisação das atividades econômicas.

Apesar da redução das mortes no segundo semestre de 2021, e o avanço da vacinação da população, a COVID-19 ainda é um problema sério para a sociedade brasileira e mundial, e deve continuar afetando a situação do mercado de trabalho e a obtenção de renda pela famílias durante algum tempo. O surgimento de novas variantes do vírus e a ameaça de novas ondas de contágio tem retardado a retomada da economia mundial. No caso do Brasil, os reflexos desse cenário se traduzem na taxa desemprego que ainda está alta, girando em torno de 14%, e a necessidade de novas versões do Auxílio Emergencial ou reformulação dos atuais programas de transferência de renda.